



# REVISTA DE **CIÊNCIAS SOCIAIS DA UEMS**

## **CONTRIBUIÇÕES DE ÉMILE DURKHEIM À SOCIOLOGIA E À PSICOSSOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO: DAS REPRESENTAÇÕES COLETIVAS ÀS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**

Silvano Redon<sup>1</sup>

### **Resumo:**

O artigo busca mostrar como a proposta de Durkheim para a constituição de uma sociologia do conhecimento foi reelaborada a uma psicossociologia do conhecimento para responder a indagações e a especificidades das sociedades modernas. Para isso, apresenta dois conceitos considerados centrais à sua teoria: fato social e representações coletivas. Enquanto o primeiro delimita o objeto e o método específicos de estudo da sociologia, o segundo, que se articula a este, traduz a forma de conhecimento produzido pelas coletividades sobre suas realidades e os objetos que as cercam; ambos conceitos denotam o caráter objetivo, exterior e coercitivo da sociedade e atestam modos pelos quais os indivíduos incorporam regras socialmente estabelecidas para sua estabilidade e coesão. Considerando as limitações da noção de representações coletivas para o estudo dos acontecimentos que afetam os indivíduos e os grupos nas sociedades contemporâneas, perpassadas pela ciência e pela mídia e caracterizadas pela fluidez, dinamismo e intensidade das trocas e comunicações, contextos diferentes daqueles considerados por Durkheim, o fenômeno das representações sociais, delineado por Serge Moscovici, introduziu nova perspectiva para a compreensão dos fenômenos sociais ao tempo em que modernizou as ciências sociais e a sociologia do conhecimento sem perder de vista um dos conceitos clássicos dessas disciplinas.

**Palavras chave:** Fenômenos psicossociológicos. Relação indivíduo-sociedade. Teoria das representações sociais.

**ÉMILE DURKHEIM'S CONTRIBUTIONS TO THE SOCIOLOGY AND  
PSYCHOSOCIOLOGY OF KNOWLEDGE: from collective representations to social  
representations**

---

<sup>1</sup> Instituto Federal do Paraná/Universidade Estadual de Ponta Grossa.

**Abstract:**

The article seeks to show how Durkheim's proposal for the constitution of a sociology of knowledge was reworked into a psychosociology of knowledge to answer questions and specificities of modern societies. For this, it presents two concepts considered central to his theory: social fact and collective representations. While the first delimits the specific object and method of the study of sociology, the second, which is linked to this, translates the form of knowledge produced by collectivities about their realities and the objects that surround them; both concepts denote the objective, external, and coercive character of society and attest to ways in which individuals incorporate socially established rules for their stability and cohesion. Considering the limitations of the notion of collective representations for the study of events that affect individuals and groups in contemporary societies, permeated by science and the media and characterized by fluidity, dynamism and intensity of exchanges and communications, contexts different from those considered by Durkheim, the phenomenon of social representations, outlined by Serge Moscovici, introduced a new perspective for understanding social phenomena, while modernized the social sciences and the sociology of knowledge, without losing sight of one of the classic concepts of these disciplines.

**Keywords:** Psychosociological phenomena. Individual-society relationship. Theory of social representations.

**LOS APORTES DE ÉMILE DURKHEIM A LA SOCIOLOGÍA Y LA  
PSICOSOCIOLOGÍA DEL CONOCIMIENTO: de las representaciones colectivas a las  
representaciones sociales**

El artículo busca mostrar cómo la propuesta de Durkheim para la constitución de una sociología del conocimiento fue reelaborada en una psicociología del conocimiento para responder a preguntas y especificidades de las sociedades modernas. Para ello presenta dos conceptos considerados centrales en su teoría: hecho social y representaciones colectivas. Mientras el primero delimita el objeto y método específico de estudiar la sociología, el segundo, que está vinculado a ésta, traduce la forma de conocimiento que producen las comunidades sobre sus realidades y los objetos que las rodean; Ambos conceptos denotan el carácter objetivo, externo y coercitivo de la sociedad y dan fe de las formas en que los individuos incorporan reglas socialmente establecidas para su estabilidad y cohesión. Considerando las limitaciones de la noción de representaciones colectivas para el estudio de acontecimientos que afectan a individuos y grupos en sociedades contemporáneas, permeadas por la ciencia y los medios de comunicación y caracterizadas por la fluidez, el dinamismo y la intensidad de los intercambios y las comunicaciones, contextos diferentes a los considerados por Durkheim. , El fenómeno de las representaciones sociales, esbozado por Serge Moscovici, introdujo una nueva perspectiva para comprender los fenómenos sociales al mismo tiempo que modernizó las ciencias sociales y la sociología del conocimiento sin perder de vista uno de los conceptos clásicos de estas disciplinas.

**Palabras clave:** Fenómenos psicociológicos. Relación individuo-sociedad. Teoría de las representaciones sociales.

## **Introdução:**

Os estudos dos autores clássicos da sociologia continuam despertando o interesse para novas pesquisas e a elaboração e a reelaboração de distintos conceitos e perspectivas teórico-metodológicas para a compreensão do mundo social, com destaque para a relação indivíduo-sociedade, preocupação presente nas ciências sociais desde o século XIX. É nessa lógica que o artigo busca mostrar como a proposta de Durkheim para o estabelecimento de uma sociologia do conhecimento foi reelaborada a uma psicossociologia do conhecimento para responder a indagações e a especificidades das sociedades modernas.

Um dos fundadores da Escola Sociológica Francesa e responsável pelo caráter propriamente científico da sociologia, Émile Durkheim (1858-1917) concluiu o doutorado em filosofia na Escola Normal Superior de Paris em 1882 com a tese *Da divisão do trabalho social*, obra publicada em 1893 e que apresenta sua inquietação com relação à harmonia e à coesão sociais relacionadas às consciências individual e coletiva, ordenadoras de distintas formas de solidariedade que produzem laços sociais, isto é, laços entre os indivíduos e entre esses e a sociedade (DURKHEIM, 1978). Da sua vasta produção teórica destaca-se, além *Da divisão do trabalho social*, *As regras do método sociológico*, primeira obra de caráter metodológico da disciplina, publicada em 1895; *O Suicídio*, que traz o ineditismo quanto à compreensão do suicídio a partir de uma perspectiva sociológica, de 1897; *As formas elementares da vida religiosa*, que trata dos fundamentos essenciais da religião e das “categorias do entendimento humano”, publicado em 1912, e; *Educação e Sociologia*, obra póstuma publicada em 1922 e que evidencia o aspecto coercitivo e moral da educação. Durkheim faleceu em 1917, um ano após seu filho Andrés ser morto no *front* da Primeira Guerra Mundial.

Com relação ao empenho para a difusão e à realização da cientificidade da sociologia, também merece destaque a criação da revista *L'Année Sociologique*, lançada por Durkheim em 1898. Sua proposta era a da criação de um espaço voltado à discussão da produção teórica por meio da contribuição de estudiosos cujos interesses convergiam para a maturidade da ciência, a qual, segundo ele, apenas poderia progredir por meio do trabalho coletivo. O próprio Durkheim dirigiu a revista até 1913, e anunciou no prefácio à sua primeira edição que “os sociólogos precisa[va]m urgentemente de informes regulares sobre as pesquisas feitas nas ciências especiais, história do direito, dos costumes, das religiões, estatística, moral, ciências econômicas, etc., porque aí se encontram os materiais com os quais a sociologia deve ser construída” (DURKHEIM, 1897, traduzido por Benthien, 2007); em outro momento, salientou que “a *Année* pode, melhor do que qualquer obra especial, dar uma ideia do que a sociologia

pode e deve se tornar” (DURKHEIM, 2007a, p. XVI). Era necessário, segundo o autor, que a sociologia se especializasse e que os cientistas sociais adquirissem competência e erudição frente aos problemas coletivos.

Durkheim influenciou muitos estudiosos, motivados em pensar o homem a partir das suas ideias, valores, concepções e crenças e a compreender a relação entre o indivíduo e a sociedade, a exemplo do sociólogo e psicólogo romeno radicado na França, Serge Moscovici (1925-2014), que preocupado com o processo social pelo qual o conhecimento é produzido, transformado e partilhado, resgatou e modernizou um dos conceitos basilares da sociologia, o de representações coletivas, para a compreensão das sociedades modernas, e cuja teoria, caracterizada como uma psicossociologia do conhecimento, desdobramento da produção e legado de Durkheim, será apresentada na última parte desse artigo. Se a teoria durkheimiana parte da dualidade entre as esferas social e individual, Moscovici considera os elementos individuais e os fatos sociais a partir de uma relação dialética, o que implica na análise do “social como totalidade, considerando-se que esse social não se restringe à dinâmica de um agregado de indivíduos” por ser formado por sujeitos ativos e criativos que, por meio de processos psíquicos e sociais, constroem conhecimentos a partir de teorias elaboradas no cotidiano das suas interações para compreender novos elementos que se apresentam a eles (ROCHA, 2014, p. 10).

### **Fatos sociais: objeto e método da sociologia**

Se o termo sociologia foi criado por Comte, considerado um dos primeiros autores a teorizar acerca da necessidade quanto ao estudo e análise do mundo social, é com Durkheim que a disciplina adquire caráter verdadeiramente científico, autônomo e independente. Num contexto em que o método das ciências naturais - baseado na objetividade, na experimentação e na observação - era predominante, o autor delimitou o objeto de estudo da sociologia e sua forma de aprendê-lo, afirmando que a investigação sociológica deve ter como ponto de partida fatos concretos, e não pressupostos baseados em ideias, proposição na qual os autores precursores da sociologia, Comte, Spencer e Stuart Mill, teriam falhado. Os estudos de Durkheim compreendem grande variedade de temas como “a família, o direito, o crime, a vida sexual, a mulher, as organizações sociais de tribos africanas, a Psicologia, a Pedagogia e a Educação, a história da Sociologia, entre outros” (OLIVEIRA, 2012, p. 68), e o autor abordou, além da “importância da sociologia como ciência empírica, a ascensão do indivíduo e a formação de uma nova ordem social e as fontes e o caráter da autoridade moral na sociedade” (GIDDENS, 2012, p. 25)

Durkheim concebe a sociedade como uma realidade *sui generis*, isto é, dotada de vida própria, uma entidade que apenas pode ser estudada por ela mesma, não sendo, portanto, redutível aos indivíduos ou passível de ser examinada por outras ciências, como a psicologia ou a biologia, embora regida por leis e fenômenos que podem ser descobertos a partir de um método que guarda características próximas ao das ciências da natureza. A partir de uma perspectiva organicista, salienta que a sociedade, como o corpo humano, deve ser compreendida como um organismo vivo, cujas partes, as instituições sociais, quando articuladas, garantem a harmonia e a coesão sociais do todo. Giddens (2012, p. 24) lembra que como os demais nomes clássicos da sociologia, Durkheim preocupou-se com as mudanças pelas quais passava a sociedade à sua época, o que justifica seu interesse pelo estudo dos laços sociais produzidos “pela solidariedade social e moral - aquilo que une a sociedade e a impede de cair no caos. A solidariedade é mantida quando os indivíduos conseguem se integrar aos grupos sociais e são regulados por um conjunto de valores e costumes partilhados”. Como exposto na introdução, as formas de solidariedade são tratadas na obra *Da divisão do trabalho social*, em que Durkheim (1978) se ocupa dos processos de diferenciação e especialização das funções promovidas pelo advento da industrialização.

Em *As regras do método sociológico*, Durkheim (2007a) aborda uma das questões primeiras do conhecimento: a delimitação do objeto de estudo e a relação entre o sujeito que conhece e o objeto a ser conhecido. Ao considerar os fatos sociais concretos como objeto de investigação da sociologia, e conferir a eles um caráter igualmente *sui generis*, que apenas pode ser analisado a partir de outros fatos sociais, Durkheim delimita o escopo e a preocupação da sociologia: conhecer as manifestações sociais exteriores aos indivíduos e que exercem coerção sobre eles e conferem coesão à sociedade. Trata-se de um conjunto de fenômenos que se diferenciam daqueles observados pelas ciências da natureza, porque construções sociais encarnadas e vivenciadas pelos indivíduos, forjadas ao longo de gerações, transmitidas a esses por meio da educação e que expressam a primazia do ser social sobre o individual, se constituindo, portanto,

em maneiras de agir, de pensar e de sentir, exteriores ao indivíduo, e que são dotadas de um poder de coerção em virtude do qual esses fatos se impõe a ele. Por conseguinte, eles não poderiam se confundir com os fenômenos orgânicos, já que consistem em representações e ações; nem com os fenômenos psíquicos, os quais só têm existência na consciência individual e através dela. Esses fatos constituem, portanto, uma espécie nova, e é o que deve ser dada e reservada a qualificação de *sociais* (DURKHEIM, 2007a, p. 3-4, grifos do autor).

O fato social é resultado da consciência coletiva, formada pela combinação das consciências individuais no tempo e no espaço, e pode ser reconhecido por seu poder de coerção externa aos indivíduos, mesmo quando eles não a percebem. Trata-se das regras e dos costumes sociais, da moral, da estética, dos preceitos jurídicos, da educação, da língua, da moeda, do trabalho e de todos os demais fatos que constroem o indivíduo, são anteriores, pois não foram criados por eles em particular, e se encontram generalizados no conjunto da sociedade. A coerção, fenômeno presente em todas as instituições sociais, de um modo geral sentida na medida em que o indivíduo se opõe ao fato social, pode ser direta (como a punição decorrente de um crime ou de qualquer outro ato considerado ilegal pelo sistema jurídico) ou indireta (quando a punição ocorre de maneira mais atenuada, como a rejeição social motivada por comportamentos não sancionados pelo grupo), mas igualmente eficaz para conformar os indivíduos a tais construtos sociais (DURKHEIM, 2007a).

À época da publicação, a obra despertou importantes controvérsias, o que motivou Durkheim a esclarecer algumas das passagens de *As regras do método sociológico* no prefácio à sua segunda edição. Um dos esclarecimentos diz respeito à primeira das regras de observação dos fatos sociais: tratá-los como coisas, situação que mais provocou contradições, pois “consideraram escandaloso que assimilássemos às realidades do mundo exterior às do mundo social” (DURKHEIM, 2007a, p. XVII). O autor buscou responder às críticas endereçadas à obra apontando que os fatos sociais não são coisas materiais, embora sejam coisas tanto quanto aquelas, porém, de outra natureza. Coisa é todo objeto de conhecimento que a inteligência não pode acessar espontânea e naturalmente, e que para ser conhecida pelo espírito humano exige um método de observação e experimentação com o intuito de acessar o não visível. Trata-se de certa atitude mental diante do objeto do conhecimento, em que o pesquisador ignora suas características, origens e causas, afastando de si todas as possíveis prenoções do que observa, uma aceção da dúvida metódica cartesiana. Dessa forma, aponta Durkheim, as regras do método de investigação propostas por ele não implicam especulação ou metafísica, mas exigem que os cientistas sociais tenham a mesma postura metodológica dos cientistas naturais, pois o mundo social deve ser compreendido com o mesmo rigor com que se observa os fatos da natureza, porque também organizado por leis desconhecidas, como eram as leis da vida antes da constituição da biologia.

Poder-se-ia argumentar que os fatos sociais pudessem ser conhecidos por simples exame da consciência, pois produtos dos indivíduos que compõe a sociedade e que os organizaram de uma ou outra maneira, diz Durkheim (1978). Porém, essa assertiva, continua, não tem lastro científico se observado o caráter exterior, porque anterior, dos fatos sociais. As instituições não

são produtos de uma única geração de indivíduos, e tanto é dessa forma que quando nascemos elas já existem e se apresentam a nós com suas regras, normas e obrigações. Nada escapa ao indivíduo que não seja obra do ser social, obra herdada das gerações anteriores que associaram e combinaram uma multidão de consciências individuais, ou seja, cada um apenas contribuiu com uma pequena parte na constituição dos fatos sociais.

Ao longo da sua vida acadêmica, Durkheim utilizou as regras do método sociológico para a compreensão de vários fenômenos sociais, como o suicídio. Considerada a primeira obra que aborda do ponto de vista sociológico, *O suicídio* (DURKHEIM, 2000) inaugurou uma visão diferenciada com relação aos estudos da psicologia, os quais o tratavam como fenômeno individual. Nessa obra, depois de delimitar e apresentar o conceito de suicídio, Durkheim apresenta estatísticas francesas que, segundo ele, mais do que indicar um agregado de suicídios individuais, apresentavam padrões regulares. Tais taxas apontavam para o predomínio de mais casos de suicídios entre os solteiros do que entre os casados; entre os protestantes do que os católicos; entre homens do que mulheres e; entre os ricos do que os pobres, além de o fenômeno ser mais frequente em momentos de instabilidade e desordem sociais. Posto isso, considera o suicídio fato social, que apenas pode ser explicado por outros fatos sociais. Seu argumento é o de que são os laços sociais estabelecidos entre os indivíduos e a sociedade, mais especificamente a integração e a regulação sociais, sua presença ou ausência, isto é, forças externas aos indivíduos, que promovem maior ou menor taxa de suicídio entre classes de grupos sociais. A importância da obra reside na originalidade em tratar o suicídio como fenômeno social e na contribuição para a constituição da disciplina. Farganis (2016, p. 56) aponta que *O suicídio*

é um modelo de método sociológico. A obra mostra como um sociólogo pode proceder para estabelecer correlações significativas com dados estatísticos, como interferências podem ser feitas com base em dados e, por fim, de que modo amplas generalizações são formuladas a partir de dados empíricos e conduzem a uma teoria geral.

Dessa forma, Durkheim concluiu que o suicídio não pode ser investigado a partir da psicologia, pois motivado por questões sociais, e é justamente no delineamento do objeto de estudos da sociologia, e do fato de que a sociedade e os fenômenos sociais não são redutíveis às consciências individuais, isto é, não são passíveis de serem analisados a partir dos referenciais da psicologia ou da biologia, que Durkheim concebe o conceito de representações coletivas (HOROCHOVSKI, 2004), apresentado na sequência, que se articula à noção de fato

social e à sua preocupação em compreender a força da coletividade sobre os indivíduos, inclusive do ponto de vista simbólico. De acordo com Lukes (apud TOMEI, 2013), é na obra *O suicídio* que Durkheim apresenta a primeira definição do conceito: “Com efeito, o que as representações coletivas traduzem é o modo como o grupo se pensa em suas relações com os objetos que o afetam. Ora, o grupo não é constituído da mesma maneira que o indivíduo, e as coisas que o afetam são de outra natureza (DURKHEIM, 2000, p. XXIII).

Oliveira (2012) esclarece que o sentido do conceito de representações coletivas pode ser localizado desde o início da produção teórica de Durkheim por meio do conceito de consciência coletiva, mas perde força para o conceito de fato social sendo retomado com ênfase nos seus trabalhos finais ligados às sociologias da religião e do conhecimento, com destaque para as *Formas elementares da vida religiosa*. A religião, considerada fenômeno social por excelência, é ao mesmo tempo um conjunto de prescrições obrigatórias e um sistema de representações por meio do qual os indivíduos devem se obrigar.

### **Representações coletivas: a constituição de uma sociologia do conhecimento**

Ao analisar o totemismo australiano, considerado um dos sistemas religiosos mais arcaicos e primários, Durkheim buscou entender a natureza religiosa do homem e apresentou a tese de que a origem dos elementos essenciais que compõe o pensamento pode ser encontrada no sistema religioso mais primitivo, aquele que “preenche as duas condições seguintes: em primeiro lugar é preciso que se encontre em sociedade cuja organização não seja ultrapassada por nenhuma outra em simplicidade; além disso, é preciso que seja possível explicá-lo sem fazer intervir nenhum elemento tomado de religião anterior” (DURKHEIM, 1978, p. 205). Durkheim chama a atenção para o fato de que não se trata apenas de descrever ou reconstruir a forma mais primitiva dessa religião, mas de compreendê-la e tomá-la como fonte de explicação do próprio fenômeno religioso e das noções mais elementares que formam o pensamento. Além disso, argumenta que a natureza religiosa do homem, essencial e permanente, está na base da elaboração das representações coletivas mais elementares, pois procedente da mesma mentalidade, em que as religiões “respondem às mesmas necessidades, desempenham o mesmo papel, dependem das mesmas causas” (ibidem, p. 206). A decisão por escolher a forma mais primitiva de religião para compreender a natureza religiosa do homem, diz Durkheim, é questão de método, pois não seria possível, partindo do estudo das religiões consideradas complexas, distinguir o que é comum e primário do acessório e secundário. Nesse sentido, o estudo de uma “coisa humana”, como outras manifestações sociais, preceitos econômicos, estéticos, morais ou

jurídicos também implica lançar mão da história e mapear como tais preceitos se originaram, se desenvolveram e se complexificaram até os dias atuais.

Em *As formas mais elementares da vida religiosa*, Durkheim fundamenta uma sociologia do conhecimento ao destacar a origem das categorias mais elementares ou essenciais do pensamento humano, presentes, ainda que manifestadas diferentemente, em todas as épocas e sociedades, operando como uma “ossatura da inteligência”:

Na base de todos os sistemas de crenças e de todos os cultos deve, necessariamente, haver certo número de representações fundamentais e de atitudes rituais que, apesar da diversidade das formas que umas e outras puderam assumir, apresentem, por toda a parte, o mesmo significado objetivo e também, por toda a parte, exerçam as mesmas funções. São esses elementos permanentes que constituem o que existe de eterno na religião; formam todo o conteúdo objetivo de ideia que se exprime quando se fala da religião em geral (DURKHEIM, 1978, p. 207-8).

Na sequência, afirma que

Os primeiros sistemas de representações que o homem se fez do mundo e de si mesmo são de origem religiosa. Não existe religião que não seja uma cosmologia e ao mesmo tempo uma especulação sobre o divino. Se a filosofia e as ciências nasceram da religião, é que a própria religião começou a ocupar o lugar das ciências e da filosofia. Mas o que foi menos notado é que ela não se limitou a enriquecer com um certo número de ideias um espírito humano previamente formado: ela contribuiu também para formá-lo (ibidem, p. 211).

O espírito humano teria se constituído a partir do fenômeno religioso, que contribuiu para a emergência de certas noções, estudadas pelos filósofos a partir de Aristóteles, que dominam a vida intelectual. Trata-se das categorias ou noções do entendimento como espaço, tempo, gênero, substância, causalidade e número, entre outras, as quais dominam o pensamento dada a impossibilidade de conceber objetos que não estejam localizados no espaço e no tempo, enumerados ou decorrentes de uma causa. Se tais categorias, base do pensamento, podem ser encontradas no interior das crenças religiosas mais primitivas, é porque elas emergiram da religião para expressar as primeiras realidades coletivas e objetivas, ou seja, as crenças e os ritos religiosos. Desse modo, as representações coletivas exprimem ideias e práticas sociais, produtos daquelas, e se tais categorias nasceram da vida religiosa, também elas são coisas sociais, razão pela qual não podem ser compreendidas por meio das abordagens individualistas, aprioristas ou empiristas.

Para fins de ilustração, e considerando os objetivos e limites do artigo, apresenta-se brevemente a emergência da categoria tempo e a representação que dela é feita. Em que pese abstrairmos sua divisão em segundos, minutos, dias e semanas, trata-se de conceber momentos diferentes. A base dessa diferenciação é coletiva, pois não se trata de um tempo sentido pelo indivíduo, mas de um tempo objetivo que deve ser coletivamente organizado. A periodização que temos em dias, semanas e meses corresponde ao intervalo temporal das festas, dos ritos e demais cerimônias públicas que compunham a vida religiosa e precisavam ser localizadas e classificadas temporalmente. Trata-se de uma representação coletiva que exprime o ritmo de uma atividade que deve ter sua regularidade assegurada e que emerge de um estado de “efervescência” e organização sociais; as representações da vida religiosa, como qualquer outra representação, são, dessa maneira, formas de classificação e de conhecimentos socialmente produzidos.

Posto isso, “as categorias [mais elementares] são representações essencialmente coletivas, elas traduzem, antes de tudo, estados de coletividade (...)” (DURKHEIM, 1978, p. 216), e não podem ser reduzidas às consciências ou estados particulares; antes, são formadas por uma imensa cooperação de espíritos que associaram ideias e sentimentos e produziram uma intelectualidade que expressa um estado coletivo acerca dos comportamentos, práticas e ações igualmente coletivas e que busca dar sentido a eles.

Oliveira (2012) destaca que o conceito de representações coletivas mantém semelhanças teóricas com o de fato social, denota exterioridade, objetividade e coletividade, porém elas são menos coercitivas, pois forjadas nas interações sociais. Trata-se de representações mentais acerca de quaisquer objetos ou práticas sociais que sintetizam o modo como os homens pensam a si próprios e sua realidade social. Dessa forma, podem ser compreendidas como uma forma de conhecimento produzido a partir de um esforço, também coletivo, frente a tudo aquilo que afeta os indivíduos e as coletividades e demandam compreensão, mas que ultrapassam as consciências individuais e adquirem caráter autônomo. As representações coletivas são estruturadas a partir da interação entre consciências coletivas, e não entre consciências individuais, e como lugar de análise Durkheim desenvolveu a teoria das representações coletivas a partir de sociedades com forte predomínio da consciência coletiva, a qual define as formas de pensar, de sentir e de agir dos membros do grupo.

Considerando o contexto a partir do qual Durkheim elaborou o conceito de representações coletivas - sociedades tradicionais com pouca densidade demográfica, forte presença da consciência coletiva e pouca mobilidade social - seu uso é pouco adequado ao estudo dos fenômenos que se manifestam nas sociedades modernas, caracterizadas pela fluidez,

intensidade das trocas econômicas e sociais e perpassada pela ciência e pela mídia (JODELET, 1989, traduzido por Mazzotti, 1993). Além do mais, se uma das preocupações centrais de Durkheim é com o modo pelo qual a sociedade se reproduz a partir da sua estabilidade, harmonia e coesão, as representações coletivas têm uma função de integrar e obrigar os indivíduos às normas e preceitos socialmente estabelecidos. Dessa forma, sua teoria não privilegia as rupturas, conflitos e dinâmicas, aspectos das sociedades modernas.

### **O fenômeno das representações sociais: uma psicossociologia do conhecimento**

O início do século XX, marcado por guerras, ideologias e intensos debates políticos, fez com que a obra de Durkheim fosse momentaneamente esquecida (HOROCHOVSKI, 2004), e o conceito de representações coletivas perdesse importância nas ciências sociais, sendo posteriormente retomado e reelaborado pela psicologia social europeia através de Moscovici (2010; 2011; 2012), que modernizou as ciências sociais e a sociologia do conhecimento por meio de uma nova compreensão da relação entre os fatos sociais e as dimensões individuais. Se o conceito de representações coletivas é mais adequado ao estudo de sociedades pouco complexas, com forte predomínio da consciência coletiva, o fenômeno das representações sociais é fecundo para a compreensão dos eventos que afetam os sujeitos e os grupos nas sociedades modernas, havendo, todavia, “uma clara continuidade entre o estudo das representações coletivas de Durkheim e o estudo mais moderno, de Moscovici” (FARR, 2011, p. 28).

Ao referendar Durkheim como seu “ancestral” teórico, Moscovici trouxe novo paradigma à psicologia social europeia, um aspecto sociológico à disciplina em contraste à forma psicológica de psicologia social predominante à época. Sem perder de vista o “glorioso passado do conceito” clássico para o problema indivíduo-sociedade (MOSCOVICI, 2012, p. 39), a psicologia social, situada no cruzamento de conceitos sociológicos e psicológicos, passou a contemplar os fenômenos sociais como psicossociológicos, apreciados do ponto de vista social e cultural e das interações entre os indivíduos. Trata-se de perceber o quanto os sujeitos são produtos da sociedade ao tempo em que elaboram, difundem, transformam, inventam e criam valores, teorias e significados aos fenômenos que os afetam. Por isso, as representações sociais são definidas como “um corpo organizado de conhecimentos e uma das atividades psíquicas graças aos quais os homens tornam a realidade física e social inteligível, se inserem em um grupo ou relação cotidiana de trocas e liberam os poderes de sua imaginação” (MOSCOVICI, 2012, p. 28).

Moscovici apresentou o fenômeno das representações sociais na década de 1960, contexto marcado por tentativas de superação de um viés científico predominante que desprestigiava os saberes do senso comum (ROCHA, 2014) por meio do estudo que buscou compreender como a psicanálise, considerada “fato social maior”, foi introduzida e difundida entre a população francesa, isto é, como um conhecimento especializado se tornou cotidiano e seus termos - trauma, sexualidade, infância, recalque, complexo, ego, inconsciente e outros - passaram a ser utilizados e vinculados a conhecimentos populares a partir das “conversações”, das opiniões e da mídia, resgatando o senso comum como forma legítima de conhecimento que dialoga com a ciência e orienta a produção de saberes e as ações dos indivíduos (MOSCOVICI, 2012). As representações sociais fazem parte do senso comum, situam-se na interface do individual e do social, recebem influência da ciência, da mídia e das interações e comunicações entre os indivíduos; como uma forma de conhecimento, permitem à compreensão da realidade, orientam e guiam as práticas sociais, e como uma de suas funções, busca “tornar familiar algo não familiar, ou a própria não familiaridade” (MOSCOVICI, 2010, p. 54).

Sá (2004, p. 27) aponta que as representações sociais são conhecimentos mobilizados pelas pessoas nas suas vidas cotidianas quando elas se deparam com assuntos que demandam explicações e se originam “de uma compreensão alcançada por indivíduos que pensam” juntos, e que os temas que as geram são aqueles que despertam atenção e interesse nas pessoas comuns, temas relevantes e atuais que circulam na sociedade desde o universo reificado, o âmbito das produções científicas, e que penetram nas interações a partir dos universos consensuais, aqueles “que correspondem as atividades intelectuais da interação social cotidiana pelas quais são produzidas as Representações Sociais” (ibidem, p. 28). Nas sociedades modernas, o novo, ou o não familiar que demanda compreensão, é constantemente incorporado nos universos consensuais a partir das descobertas e dos avanços da ciência e da tecnologia, do surgimento de teorias, da atuação midiática, das relações de poder e das estratégias de convencimento, entre outros, matéria prima para os a objetivação e a ancoragem (MOSCOVICI, 2012), processos formadores das representações sociais pelos quais os objetos são integrados ao sistema de pensamento.

Trata-se de perceber como, a partir de um acontecimento cultural, circulante e valorizado, conhecimentos são apropriados, produzidos e transformados num domínio que é público, próprio dos saberes populares e do senso comum. Esses conhecimentos são adaptados às crenças e às necessidades que as pessoas têm em seus cotidianos e em seus contextos sociais específicos, se organizam em “sistemas que possuem uma lógica e uma linguagem particular” e funcionam “como teorias, como ciências coletivas sui generis, destinadas à interpretação e à

formação do real” (MOSCOVICI, 2012, p. 47). É no “mundo das conversações” que as trocas verbais ocorrem e são misturadas aos conhecimentos, vocabulários, conceitos, diálogos, leituras, escutas, lembranças, experiências, reflexões e opiniões, e é da necessidade de se compreender e dizer o que se sabe que as representações sociais são formadas, ganham corpo e se difundem (ibidem).

Nessa mesma perspectiva, para Jodelet (1989, traduzido por Mazzotti, 1993), temos uma necessidade em compreender e nos localizar física e intelectualmente no mundo que nos cerca, inclusive para nos organizarmos frente aos problemas comuns, razão pela qual construímos as representações sociais, cujo objetivo prático é tornar a realidade acessível:

É uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e compartilhado, que tem um objetivo prático e concorre para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Igualmente designado como “saber do senso comum” ou ainda “saber ingênuo”, “natural”, esta forma de conhecimento distingue-se, dentre outros, do conhecimento científico. Mas ela é tida como um objeto de estudo tão legítimo quanto aquele, por sua importância na vida social, pelos esclarecimentos que traz acerca dos processos cognitivos e as interações sociais (ibidem, p. 4-5).

O fenômeno se refere a um sistema de interpretações que organiza as comunicações, em que representar constitui-se num ato do pensamento pelo qual o sujeito se relaciona com o objeto, “que pode ser tanto uma pessoa, uma coisa, um evento material, psíquico ou social, um fenômeno natural, uma ideia, uma teoria etc.; pode ser tanto real quanto imaginário ou mítico, mas que sempre requer um objeto” (ibidem, p. 5). Porque as representações sociais respondem à busca por sentido, seus conteúdos não são estanques, e uma vez ancoradas na realidade social e temporal combinam conteúdos estáveis e dinâmicos, uma das preocupações de Moscovici, cuja psicologia social foi “orientada para questões de como as coisas mudam na sociedade, isto é, para aqueles processos sociais pelos quais a novidade e a mudança, como a conservação e a preservação, se tornam parte da vida social” (DUVEEN, 2010, p. 15).

Spink (1993, p. 304) pontua que uma das contribuições do estudo das representações sociais é superação das dicotomias indivíduo e sociedade e psicologismo e sociologismo por meio da valorização do “indivíduo e suas produções mentais como produtos de sua socialização em determinado segmento social. Nessa perspectiva, a individualidade emerge como uma estrutura estruturada que tem poder estruturante”, ou seja, as representações, socialmente estruturadas, apenas podem ser compreendidas quando consideradas as condições da sua produção. Examinadas a partir dos seus contextos de produção, tem-se que as representações sociais são dinâmicas e flexíveis, diferentemente das representações coletivas apresentadas por

Durkheim, e revelam “a concomitância de conteúdos mais estáveis e de conteúdos dinâmicos, mais sujeitos à mudança. As representações sociais, portanto, são tanto a expressão de permanências culturais como o *locus* da multiplicidade, da diversidade e da contradição” (ibidem, p. 305, grifos da autora). Como proposta metodológica, Spink (1993a; 2010) desenvolveu uma matriz temporal (o tempo longo, o vivido e o curto) por meio da qual é possível melhor observar as permanências e as rupturas, a estabilidade e as mudanças dos conteúdos das representações sociais.

A preocupação com a relação indivíduo-sociedade teve em Durkheim uma proposição objetiva, e os conceitos elaborados pelo autor têm a intenção de mostrar como os imperativos sociais obrigam os membros da sociedade à estabilidade e à ordem. A Teoria das representações sociais (TRS), proposta por Moscovici, legado da obra durkheimiana, compreende os eventos sociais como fenômenos psicossociais, objetos de uma psicossociologia do conhecimento, pois as representações, situadas no mundo e na mente (FARR, 2011), também expressam um “corpo organizado de conhecimentos e uma das atividades psíquicas graças aos quais os homens tornam a realidade física e social inteligível, se inserem em um grupo ou relação quotidiana de trocas e liberam os poderes de sua imaginação” (MOSCOVICI, 2012, p. 28). É em vista disso que a TRS atualiza as ciências sociais e a sociologia do conhecimento para a compreensão do mundo moderno; ela evidencia o quanto os indivíduos são produtos da sociedade ao tempo em que possuem capacidade criadora, inventiva e transformadora a partir das suas interações. Para Oliveira (2004), Moscovici se preocupou em entender o processo de produção social do conhecimento e sua relação com as práticas sociais e vice-versa, e entende que sua obra pode ser inserida, no âmbito das ciências sociais, numa sociologia do conhecimento.

Rocha (2014, p. 10) assinala que “Moscovici advoga, para a Psicologia social, a necessidade de se dar atenção acentuada à produção e ao pensamento dos sociólogos e antropólogos para o estudo e a compreensão dos fenômenos psíquicos”, e desse modo a TRS se apresenta como alternativa à compreensão das problemáticas que envolvem o indivíduo e a sociedade por meio da superação da dicotomia entre ambas as esferas; é nessa superação que a teoria de Moscovici se apresenta como um novo paradigma. Essa mudança paradigmática não ocorreu a partir de uma crítica por ela mesma, mas por meio de um avanço qualitativo, em que Moscovici partiu das contribuições e dos esforços de Durkheim para uma teoria que se apresenta como uma das possibilidades para o conhecimento dos eventos atuais e que responde ao como as pessoas, nas suas interações, constroem sentidos e produzem conhecimentos. Duveen (2010, p. 15) aponta que Durkheim pode ser considerado um “ancestral ambíguo”, mas

que Moscovici supera essa ambiguidade ao “explorar a variação e a diversidade das ideias coletivas nas sociedades modernas”.

Conforme Gutierrez (2021), o estudo das representações sociais se constitui de uma teoria e de um método, pois implica numa proposta de compreensão das representações e numa metodologia de investigação para o seu acesso. Ao valorizar a fala, o depoimento e as visões de mundo das pessoas, a TRS contempla o espaço das conversações - o universo consensual - e o modo como o conhecimento é produzido e posto em prática. Ao tomar tal conhecimento como legítimo, racional e lógico, a teoria também rompe com a hierarquização frente aos modos pelos quais as pessoas compreendem e se locomovem no mundo. Seus aportes são bastante amplos, e podem ser considerados pelas diferentes áreas do conhecimento.

A investigação das representações sociais se mostra pertinente junto a uma série de fenômenos que demanda intervenção. Como exemplo, podemos situar a importância da sua compreensão para as políticas públicas em saúde. Algumas doenças são impregnadas de representações sociais, e delas decorrem as maneiras pelas quais as pessoas contemplam ou não as possibilidades de prevenção, como o HIV/aids, o câncer e os transtornos mentais, e seu estudo possibilita lançar luz ao fato de algumas políticas públicas de prevenção ser ou não recebidas pelas pessoas conforme as representações que delas são feitas. A relação com o corpo e com os cuidados médicos oficiais e não oficiais, o uso de medicamentos e a compreensão sobre o que é definido como saúde e doença igualmente oferecem importantes contribuições para essa área.

No campo da educação, a compreensão das representações que os atores envolvidos, famílias, alunos, integrantes de movimentos sociais e os próprios profissionais têm sobre alguns problemas clássicos à essa área, como o fracasso escolar, pode favorecer o seu enfrentamento na medida em que elas podem lançar luz às contingências que afetam tais atores, desde o cotidiano das escolas até as limitações estruturais que compõe esse campo. Em confronto com as exigências legais e curriculares a que eles são submetidos, suas representações podem, por exemplo, suscitar reflexões que, objetivadas, poderão proporcionar novos posicionamentos diante de encaminhamentos didático-pedagógicos que partem dos sistemas de ensino e dos programas governamentais. Nessa lógica, podem ser destacadas as representações sociais que os alunos têm com relação às atividades propostas ou sobre às finalidades da educação; quais sentidos as famílias, crianças, adolescentes e jovens possuem com relação à escola e; as representações que os docentes e os discentes têm sobre os materiais didáticos e o uso das tecnologias nos ambientes escolares, entre outras possibilidades de investigação. No momento atual, em que o Novo Ensino Médio começa a ser implantado, um estudo que contemple as

representações que os atores que vivem a materialidade da escola têm com relação às mudanças que o caracterizam pode ser bastante fecundo.

Outros elementos que afetam a vida social, como as desigualdades e as violências que a constroem - etária, geográfica, de gênero, étnico racial e outras - podem ser melhor enfrentadas quando se conhece os sistemas de pensamento que estão na base e origem dessas expressões de violência. Algumas representações estão arraigadas na sociedade, e delas são difundidas práticas excludentes e reforçadoras das desigualdades sociais que, no limite, as normatizam. A polaridade político-ideológica pela qual o país tem transitado desde os últimos anos também pode ser melhor compreendida quando as representações sociais que orientam as práticas e os modos pelos quais os sujeitos se inserem e se movimentam no mundo são destacadas dos contextos em que elas emergem. A investigação sobre as representações que se articularam para os posicionamentos contrários à vacina contra a Covid-19, ao avanço das ciências, à retomada, construção e efetivação de programas sociais redistributivos de renda e às liberdades democráticas individuais e constitucionais tem muito a esclarecer sobre esse momento histórico político. Todos esses temas são permeados por representações, que constituídas no contexto das “conversações” do público leigo ensejam respostas aquilo que nos afeta.

### **Considerações finais**

As proposições teóricas de Durkheim são constantemente retomadas por diferentes autores. Com relação aos principais conceitos da sua obra, destaca-se o de fato social, objeto por excelência da sociologia durkheimiana, e o de representações coletivas, que lhe serviu de base para elaborar uma teoria da religião, da magia e do pensamento mítico (ROCHA, 2014), ambos fundamentais para uma sociologia do conhecimento empenhada na explicação dos fenômenos coletivos. Se a observação dos fatos sociais a partir de um método associado ao das ciências da natureza foi questionada pelas produções que consideram o paradigma positivista insuficiente para a compreensão das motivações e dos significados das ações e das práticas sociais, e sua proposta teórica - que concebeu a primazia do aspecto social, restando pouco espaço para a dimensão psicológica - recebeu críticas das abordagens subjetivistas, suas contribuições continuam fecundas e estimulando novas perspectivas para a compreensão da relação indivíduo e sociedade.

No campo da psicologia social, destacam-se os estudos de Moscovici, cuja TRS apresentou novo contorno à compreensão dos fenômenos observados e vividos nas sociedades

modernas a partir da dimensão individual, psíquica, e sua relação com a sociedade, culminando numa psicossociologia do conhecimento, em que as esferas social e individual, numa relação dialética, transformam e compartilham sentidos. Como legado de Durkheim, e por meio de abordagens multidisciplinares, o fenômeno das representações sociais é contemplado por diferentes áreas do conhecimento e se mostra fecundo para a compreensão daquilo que as pessoas pensam e fazem e por quais modos elas pensam e fazem. Para Oliveira (2004, p. 5), Moscovici não buscou apresentar diferenças substanciais entre os termos “coletivas” e “sociais”, pois “ambos revelam a dimensão plural das associações humanas e a presença das ideias gerais (ou ‘forças coletivas’) no seio da sociedade, além de indicarem a necessidade do estudo de seu impacto nos atos cotidianos e mesmo nas mudanças históricas”, e que sua preocupação era expressar a ideia de associações e interações entre as pessoas a partir dos seus grupo sociais. Minayo (2011, p. 73) lembra que nas ciências sociais as representações coletivas ou sociais “são definidas como categorias de pensamento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a”. Muitos eventos nos incitam a pensar, a localizá-los social e historicamente, a darmos respostas e tomarmos decisões.

Esse artigo tratou do tema das representações sociais a partir do legado de Durkheim. Se sua escrita teve o objetivo de mostrar como, a partir do conceito de representações coletivas Moscovici empreendeu esforços para delimitar o fenômeno das representações sociais para a compreensão de temas pertinentes às sociedades contemporâneas, também ofereceu uma leitura introdutória e geral para aqueles que estão sendo introduzidos nos estudos da psicossociologia do conhecimento.

### **Referências bibliográficas:**

DURKHEIM, Émile. Da divisão do trabalho social e As formas elementares da vida religiosa. In: GIANNOTTI, José Arthur. (org.). **Durkheim**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

\_\_\_\_\_. **O suicídio**: estudo de sociologia. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

\_\_\_\_\_. Prefácio à primeira edição da revista *L'année sociologique*, 1897. Tradução de Rafael Faraco Benthien. **Teoria e pesquisa**, v. XVI, n. 01, jan/jun 2007.

\_\_\_\_\_. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007a.

\_\_\_\_\_. **Educação e sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2013.

DUVEEN, Gerard. Introdução: o poder das palavras. In. MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2010.

FARGANIS, James. **Leituras em teoria social**: da tradição ao pós moderno. Porto Alegre: AMGH, 2016.

FARR, Robert. Representações sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra. (orgs.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis, Vozes: 2011.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Porto Alegre: Penso, 2012.

GUTIERREZ, Denise. **Enfoques metodológicos utilizados na construção das representações sociais**. YouTube, 15 set. de 2021. 1 vídeo (80 minutos). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WArpaKHJvc&t=4362s>>. Acesso em 15 set. de 2021.

HOROCHOVSKI, Marisete Terezinha. Representações sociais: delineamentos de uma categoria analítica. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, n. 1, jan/jun, 2004.

JODELET, Denise.: *Représentations sociales: un domaine en expansion*. In. \_\_\_\_\_(Ed.) *Les représentations sociales*. Paris: PUF, 1989. Tradução de Tarso Bonilha Mazzotti. Revisão Técnica: Alda Judith Alves-Mazzotti. UFRJ- Faculdade de Educação, dez, 1993.

LAGACHE, Daniel. Prefácio. In: MOSCOVICI, Serge. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis: Vozes, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra. (orgs.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis, Vozes: 2011.

MOSCOVICI, Serge. O fenômeno das representações sociais. In: \_\_\_\_\_. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2010.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra. (orgs.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2011.

\_\_\_\_\_. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis: Vozes, 2012.

OLIVEIRA, Márcio de. Representações sociais e sociedades: a contribuição de Serge Moscovici. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n, 55, 2004.

\_\_\_\_\_. O conceito de representações coletivas: uma trajetória Da divisão do trabalho às formas elementares. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, jul/dez, 2008.

ROCHA, Luís Fernando. Teoria das Representações Sociais: a Ruptura de Paradigmas das Correntes Clássicas das Teorias Psicológicas. **Psicologia, ciência e profissão**, v. 34, n. 1, 2014.

SÁ, Celso Pereira de. Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, Mary Jane. **O conhecimento no cotidiano**: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SPINK, Mary Jane. O conceito de representação social na abordagem psicossocial. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, jul/set, 1993.

\_\_\_\_\_. Permanência e diversidade nas representações sociais da hipertensão arterial essencial. **Anais. XXIII Reunião Anual de Psicologia da Sociedade Brasileira de Psicologia**. Ribeirão Preto, SP, 1993a.

\_\_\_\_\_. A produção de sentidos na perspectiva da linguagem em ação. In: \_\_\_\_\_. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

TOMEI, Francesco Andrade. O conceito de representações coletivas em Durkheim. **Laboratório didático de sociologia**, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2013.

<b>Recebido em: 22/03/2023.</b> <b>Aceito em: 23/06/2023.</b>
--